



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS  
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**PRESIDENTE: EDUARDO MATARAZZO SUPPLY**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA - TEMA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 21-03-19

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Transcrição *ipsis verbis*
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Com a presença da nobre Vereadora Soninha Francine e minha, própria, Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy declaro aberta a segunda audiência pública da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.

Essa reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br](http://www.saopaulo.sp.leg.br), *link* auditórios *online*.

Nosso tema hoje é Mulheres em Pauta - A Violência Precisa Acabar. Infelizmente nós temos observado em São Paulo e na sociedade brasileira acontecimentos de desrespeito e de violência para com as mulheres, em especial, as mulheres negras, as mulheres que fazem parte da população LGBT, as adolescentes e os mais diversos tipos de violência que tem caracterizado a vida das mulheres.

Então, nós avaliamos que seria importante realizar essa primeira reunião com respeito ao tema da violência contra as mulheres, que precisa acabar.

Estão presentes entre nós: da União de Mulheres do Campo Limpo; Centro de Defesa e Convivência da Mulher; Mulheres Vivas; Márcia e Celina Simões. Está convidada a Secretária Berenice Maria Giannella, que por enquanto não veio e não respondeu: da Coordenadoria da Mulher em situação violência doméstica e familiar do Poder Judiciário, convidada a Dra. Angélica de Maria Mello de Almeida, que não poderá comparecer; da Casa Eliane de Grammont; convidamos a coordenadora Sônia Delfino Alves, que ainda não deu resposta; da Casa Brasilândia CRM, Coordenadora Rosana Aparecida Thomaz da Silva; e também do Centro de Referência da Mulher do Capão Redondo, Maria de Lourdes Rodrigues. A Coordenadora Lucélia da Silva Ferreira, bem Rosana Aparecida Thomaz da Silva, ainda não responderam. Convidamos também da Associação Fala Mulher, a presidente Edwiges Lúcia Horváth; do Centro de Defesa e Cidadania da Mulher da Casa Verde, Renata Felintro, que não responderam ainda; do PROVE - Serviço de Assistência e Pesquisa em Violência e Estresse

Pós-Traumático - a coordenadora-geral, Dra. Andrea de Abreu Feijó de Mello, ela se encontra aqui presente? Ainda não chegou; a Secretária Executiva Adjunta de Política para as Mulheres, Ana Cláudia Carletto, ainda não respondeu; a Coordenadora de Políticas para as Mulheres Ana Cristina de Souza, que está a caminho; Internetlab, Pesquisa em Direito e Tecnologia, Dra. Mariana Giorgetti Valente, que não poderá vir; Instituto Patrícia Galvão, Sra. Marisa Sanematsu, que ainda não respondeu; e do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres Dra. Paula Santana Machado Souza, que não está presente; e a Dra. Nalida Coelho Monte, Coordenadora Auxiliar do Nudem, que está presente.

Passo a palavra a nobre Vereadora Soninha Francine para considerações iniciais.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Sr. Presidente não vou falar muito agora não, quero responder ao final, mas dizer que eu gosto muito do tom que V.Exa. imprimiu à convocação dessa reunião, porque assim, isso tem que acabar! E aí, o que nós podemos fazer? Diante do que já existe em termos de normas, de dispositivos legais, temos leis, decretos, portarias, serviços. Mas, porque não é só debater, claro, debater é muito importante, porque a resposta não é fácil. Mas levar a esse ponto de dizer: “Bom o que a gente faz? A gente, como sociedade; a gente, como Poder Legislativo; a gente, como movimento social; a gente, como trabalhador de serviços sócio assistenciais, de serviços de saúde. Gostaria muito que a gente pudesse fazer uma contribuição mesmo, Vereador.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito obrigado, Vereadora Soninha Francine. Estamos de acordo com respeito aos objetivos desta comissão e dessa seção de hoje. Convido, para compor a mesa, as Sras.: Celina Simões; Marcia; Dra. Nalida Coelho Monte, Coordenadora Auxiliar do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres; Sandra Andreoni, neste ato, representando a nobre Vereadora Adriana Ramalho; Sra. Tabata, neste ato, representando o nobre Vereador Toninho Vespoli.

Com a palavra, a Sra. Tabata.

**A SRA. TABATA** - Boa noite a todas e todos. Saudar a mesa, em nome do nobre

Vereador Toninho Vespoli, eleito na última reunião vice-Presidente da comissão. Ele não pôde estar aqui hoje, o Toninho é da região do Sapopemba. Não sei se os senhores sabem, mas lá está um caos por conta da questão dos córregos, do rio, e ele foi atender a demanda de alguns trabalhadores. Se desse tempo ele iria voltar para cá.

Mas algumas questões que conversamos seria importante trazê-las aqui, primeiro que essa audiência acontece num momento muito oportuno, porque o Brasil vergonhosamente está liderando o *ranking* de feminicídio. É o quinto país que mais mata mulheres no mundo, e falar desse tema aqui nesse espaço, muitas vezes contribui e legitima essas violências e é muito importante. No mês, inclusive, que a gente vem cobrando um ano do assassinato da morte da nossa companheira Marielle Franco.

Então, a gente quer falar desses feminicídios políticos, mas também dizer daquelas mulheres que ainda não sabemos o nome, daquelas mulheres que sofrem com a violência doméstica, enfim, com a violência econômica, com a reforma da previdência. Mas, queria falar do ponto de vista do que o Toninho contribuiu com relação a um caso muito específico que a gente teve no ano passado, que é o caso da professora Luciana Xavier, que é uma professora da rede municipal de São Paulo, que teve aqui dentro da Câmara o seu nariz quebrado por um GCM nos atos do Sampaprev.

Foi um caso que ficou muito conhecido, de uma professora que veio aqui se manifestar contra esse projeto, enfim, que o Governo votou na calada da noite uma série de coisas e chegou aqui lá, no oitavo andar, ou seja, mesmo dentro deste ambiente que era para ser um ambiente democrático e onde a participação das mulheres deveria acontecer de fato, quando as mulheres vêm aqui, elas são recebidas dessa maneira, muitas vezes pelos agentes públicos e agentes que estão aqui nesse mesmo ambiente. Nós encaminhamos na época e acompanhamos a Luciana com boletim de ocorrência, ela entrou com um processo inclusive contra a Prefeitura com relação às ações dos GCMs, mas a Luciana é um apêndice porque ela ficou conhecida por conta do caso, saiu em todos os jornais.

A gente quer inclusive dialogar sobre aquelas mulheres que não têm esse espaço midiático para dialogar sobre as violências. Eu acho que um pouco da audiência, hoje, a contribuição nesse debate de o fim da violência para essas mulheres que a gente não sabe o nome, as ausentes.

Então, queria deixar uma saudação do Vereador Toninho Vespoli e dizer que esse tema é de grande urgência para esta Casa.

Boa noite.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito obrigado, querida Tabata, em nome do Vereador Toninho Vespoli, que ressalta a importância do tema e sobretudo para aquelas mulheres que nem sempre sabemos o nome, mas que têm sido objeto de violência doméstica em outros lugares.

Gostaria também de dar as boas-vindas a Sra. Ana Cristina de Souza, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, convidada para estar aqui à Mesa, por favor.

Poderíamos iniciar com depoimento da Sra. Celina Simões, da União das Mulheres do Campo Limpo, Centro de Defesa e Convivência da Mulher, Mulheres Vivas. Por favor.

**A SRA. CELINA SIMÕES** - Boa noite a todos. Nosso trabalho é um trabalho lá na base. Nós estamos lá no Campo Limpo. Atendemos a mulher em situação de violência doméstica, familiar e de gênero.

Então, eu inicio a fala dizendo que a violência contra a mulher é o tipo mais generalizado de violação dos direitos humanos no mundo e o menos conhecido. É realidade diária as subnotificações, pois o fenômeno da violência doméstica, familiar e de gênero é muito mais abrangente do que os números que nos apresentam. Para vocês terem uma ideia, nosso edital é para 150 mulheres no Jurídico e na Psicologia Social. Hoje nós atendemos uma média no mês de 181 mulheres só em Psicologia Social e no Jurídico.

Estamos em um momento muito difícil, de uma tentativa de conversar com o

Prefeito, porque teve um vídeo onde o nosso Prefeito disse que os Centros de Defesa de São Paulo, que hoje nós somos 15, vão sair da Secretaria Municipal da Assistência Social para irem para a Pasta dos Direitos Humanos, sem conversar com as bases. Não foi conversado conosco. Esse é o decreto de nº 58.636, de 21 de fevereiro de 2019. Não foi conversado conosco a questão de gestão e a questão de orçamento.

Nós ficamos pensando - no momento, como a companheira falou de tantos feminicídios aqui em São Paulo e no Brasil, o momento onde quer mudança de pasta ser uma discussão ampla da questão de verba e de gestão - como é que fica toda essa situação? Então, a base pede junto com movimentos sociais, junto com o Fórum de Defesa da Vida do Jardim Ângela, que esse decreto seja revogado, seja tirado o mais rápido possível, pois não é isso que queremos.

Simone de Beauvoir, em 1940, já vai dizer que se nós, mulheres, cochilamos com política pública, nós vamos perder o pouco que temos. Então, nós queremos a revogação do Decreto de nº 58.636, do dia 21 de fevereiro de 2019.

É fato que as mulheres imigrantes vêm chegando aos Centros de Defesa da Mulher. É fato que vem aumentando diariamente o número de violência doméstica, familiar, de gênero e feminicídio. E é fato que há uma política de desmonte dos serviços. Então, onde é que nós vamos chegar?

Com todo respeito, eu fico pensando quando há jogo de futebol que superlota o Estádio do Morumbi e ver esta assembleia hoje com tão pouca gente em uma insurgência tão necessária da discussão da violência contra as mulheres. Se a gente pensar que mais de 52% da população do Brasil são mulheres, como é que está ficando a nossa situação?

O perfil das mulheres que entram no nosso serviço são mulheres negras, empobrecidas, de baixa escolaridade, com filhos, desempregada e sem moradia fixa. Convido o senhor a estar conosco, convido a Soninha para ver de perto todo nosso trabalho. Estamos lá com 21 corpos por conta de 21 dias de ativismo de um 1,70m, do tamanho de uma porta, de 21

mulheres que a 3ª Vara do Júri, do Tribunal da Barra Funda, enviou para a gente todos os dados dos feminicídios, inclusive de transfeminicídio, mulheres trans morrerem por serem mulheres trans. Duas delas: uma grávida de 6 meses foi executada queimada e outra grávida de 9 meses foi executada com arma de fogo.

Nós fizemos um cálculo pelos laudos que a Promotora da 3ª Vara mandou para a gente, a média são três filhos, 21 x 3 são 63 filhos criados sem mãe. Quem foi criado com mãe sabe o que é ser criado com mãe. Quem foi criado sem mãe sabe o que é ser criado sem mãe e onde toda a sociedade perde.

Então, eu faço um apelo ao tão querido Senador, o senhor vai ser o eterno Senador nosso, ajude-nos a derrubar esse decreto do Prefeito Bruno Covas de nº 58.636. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Sra. Celina Simões, saiu uma informação a respeito de casos de violência contra mulher onde exatamente a zona Sul foi um dos lugares onde houve maior indícios de violência. A senhora poderia nos relatar a respeito desse fenômeno, deste fato, por favor, e que razões levaram a que isso estivesse acontecendo?

**A SRA. CELINA SIMÕES** – Eduardo, nós estamos em uma região, por exemplo, em que o Centro de Defesa nosso cobre Campo Limpo, Capão Redondo e Vila Andrade, três distritos imensos, cheios de comunidades. Nosso povo está desempregado. Se homens estão desempregados nas periferias de São Paulo, imaginem as mulheres, e imaginem então as mulheres negras.

Eu trouxe aqui uma estatística da Segurança Pública de 2018. Nós tivemos 61.032 estupros em 2017, um crescimento de 190,1%.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Em que região é esse número?

**A SRA. CELINA SIMÕES** – Isso, Segurança Pública, é em todo o Estado de São Paulo. Não tenho aqui específico da cidade de São Paulo.

Nós temos, de feminicídios, 1.133.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Estado?

**A SRA. CELINA SIMÕES** – No Estado. Tivemos 221.238 pedidos de medidas protetivas. Gente! Quase 222 mil casos de medida protetiva. Ninguém pede medida protetiva brincando, para “brincar” de estar sofrendo violência. Tivemos, vítimas de homicídios, 4.539 mortes de mulheres no Estado em 2017, caso interessante, porque há subnotificações. Se chega uma mulher no Instituto Médico Legal, vítima de homicídio, que teve traumatismo craniano; se não tiver o SVO, Serviço de Verificação de Óbito, ninguém vai falar para nós que isso foi uma martelada na cabeça e foi violência doméstica. Então, esse dado aumenta os casos de subnotificações.

Nossa questão é: se há Guardiã Maria da Penha na região central, nós gostaríamos de ter na região Sul por conta da demanda da violência nessa região, que é tão significativa quanto na região Leste.

A Soninha falou em que vocês podem colaborar. Acho que vocês podem pressionar conosco para a derrubada desse decreto, para que a Guardiã Maria da Penha vá atender na região Sul. Na região Leste, nós acompanhamos com o Padre Ticão. Acompanhamos o Jardim Ângela pelo Fórum de Defesa da Vida, com o Padre Jaime. É uma região que precisa, urgentemente, de mais serviços e condições de atendimentos a essas mulheres. Porque a demanda tende a aumentar; e se for liberada a arma de fogo, sabemos que hoje a maioria dos feminicídios é por arma branca – faca, espeto, enforcamento, estrangulamento. Se for liberada a arma de fogo, veremos um tremendo acréscimo dos feminicídios, só que mudando o meio.

Esse é um apelo que faço ao senhor e à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito bem. Sra. Márcia Plínio Soares, do Fórum Defesa da Vida do Jardim Ângela.

**A SRA. MÁRCIA PLÍNIO SOARES** – Bom dia. Eu gostaria de ler a carta do Fórum em Defesa da Vida do Jardim Ângela, *Pela Superação da Violência*.

“O Fórum da Defesa do Jardim Ângela, zona Sul da cidade de São Paulo, em apoio ao Fórum da Assistência Social – FAS, São Paulo, e os demais fóruns setoriais e organizações da sociedade civil, com atuação na área dos direitos humanos e defesa das políticas públicas destinadas ao enfrentamento da vulnerabilidade (ininteligível), sobretudo os moradores das periferias da Capital, vem, por meio desta nota pública, manifestar seu repúdio às ações da Prefeitura de São Paulo, de Bruno Covas, decorrentes da aprovação do Decreto 58.636, de 21 de fevereiro de 2019.

Entendemos que esse decreto, além de apresentar um caráter legal genérico e sem indicação dos parâmetros para a negociação com as organizações sociais nos setores da Saúde e da Assistência Social, faz parte de um projeto de desmonte e de corte de recursos promovido por esse governo. Lembramos que esses investimentos destinam-se à garantia da dignidade humana e dos direitos sociais da população mais vulnerável: crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos e as demais minorias, em sua grande maioria, moradores da periferia da metrópole. Minimamente, asseguram as bases para manutenção dos serviços e programas no campo social, frutos das lutas dos movimentos sociais e que, portanto, não podem sofrer cortes indiscriminados sem um diálogo com a população.

Entendemos que qualquer tipo de negociação na atual conjuntura, ou, ainda, mais perverso que isso, a determinação de cortes de recursos públicos em áreas como Saúde e Assistência Social, irão precarizar mais ainda os serviços existentes, de modo especial aqueles conveniados ao Município. Aumentará, com isso, o sucateamento e, em alguns casos, como consequência, haverá o fechamento de serviços e projetos destinados à população mais pobre e moradores dos extremos da Cidade.

Por isso, repudiamos publicamente esse decreto, que, além de se alinhar com uma política de desmonte, que não tem como prioridade a ampliação e a garantia dos direitos fundamentais, também não respeita os princípios da legalidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos, bem como o marco regulatório, as demais leis de licitação federal e

municipal, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e a Lei Federal do SUAS.

Sendo assim, com posicionamento contra o Decreto 58.636, de 21 de fevereiro de 2019, exigimos sua revogação imediata, de modo de que as organizações sociais possam dar continuidade ao atendimento à população, sem as ameaças à ampliação dos direitos, produzidas pela atual gestão da Prefeitura de São Paulo.

São Paulo, 13 de março de 2019. Padre Jaime.”

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Esse é o documento que o Padre Jaime assinou, em nome do Fórum em Defesa da Vida.

Tem a palavra a Dra. Nálide Coelho Monte, Coordenadora Auxiliar do Nudem – Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres.

**A SRA. NÁLIDA COELHO MONTE** – Boa noite a todos e a todas. Primeiramente, quero agradecer o convite para participar desta Comissão. Para nós, do Nudem, é muito importante sempre estarmos presentes nessas discussões com a rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

Cumprimento os componentes da Mesa: Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, Vereadora Soninha Francine; e a Celina, que eu já conheço dos vários anos de atendimento da mulher na zona Sul.

Acho que hoje a contribuição do Núcleo vem muito no sentido do que já foi falado aqui, nós entendemos que os Centros de Referências são equipamentos essenciais para prevenção e enfrentamento da violência doméstica contra mulher na medida em que objetiva auxiliar no rompimento do ciclo da violência, na construção de cidadania da mulher proporcionando uma abordagem no atendimento multidisciplinar, tanto é assim que não por outro motivo uma das conclusões da CPMI da Violência foi pela necessidade de expansão e aperfeiçoamento desse tipo de serviço.

É fato que o município de São Paulo atualmente tem executado uma proposta que visa transferência da gestão de todos os CRMs e CDCMs para Secretaria de Justiça e Defesa

da Cidadania ao tempo em que todos os serviços de abrigo sigilosos ficariam concentrados nas mãos da Assistência Social.

É preciso que estajamos vigilantes: 1) porque a alteração na gestão de serviços não pode implicar em uma redução, corte e supressão de equipamentos sob pena de do ponto de vista político haver um desrespeito a longa luta dos direitos das mulheres e do ponto de vista jurídico caracterizaria um retrocesso aos direitos fundamentais; 2) porque a gestão de serviços diferentes e que compõem a mesma rede de enfrentamento e atendimento à mulher em Secretaria distinta vai de encontro ao objetivo da gestão unificada de serviços presente no Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.

Em relação ao serviço de abrigo, o núcleo tem um procedimento administrativo, 240. A gente vai deixar cópia protocolada da recomendação enviada para SMADS e do nosso relatório técnico no sentido de que concluímos pela excessiva burocratização do serviço de acolhimento à mulher que é submetido a um conjunto de entrevistas realizadas por diferentes técnicos, ausência de uniformidade de atendimento prestado pelas conveniadas, desde exigências simples em alguns lugares, por exemplo, de não fumar nos serviços de abrigo sigilosos.

Da mesma forma, as hipóteses de não abrigo não são justificadas, não há um protocolo de atendimento uniforme nesses abrigos. Verificamos também a necessidade de criação de uma Central de Vagas tanto no município de São Paulo quanto intermunicipal e a necessidade de atuação integrada entre diversas secretarias com a educação, saúde, assistência e trabalho com o intuito de que o atendimento da mulher seja multifacetado.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Muito obrigado.**

Vou passar agora a palavra Sra. Ana Cristina de Souza, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e coordenadora de Políticas para Mulheres. Acredito que a senhora, tendo ouvido as observações feitas até agora, poderá tecer comentários a respeito inclusive da decisão que foi o objeto das observações tanto da Sra. Celina como da Sra.

Márcia a respeito do decreto do Prefeito Bruno Covas de modificar a responsabilidade da política para as mulheres da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social para a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania. Na sua avaliação, pelo que tem sido realizado, acredito que poderá fazer uma avaliação. Mas a Vereadora Soninha Francine quer antes fazer uma observação.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Porque a gente está falando de duas coisas diferentes, Vereador. O Decreto ao qual elas se referiram é o que determina a renegociação dos valores dos contratos.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Sim. Isso. Os R\$ 58.636.000,00...

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Isso. Esse é o Decreto da economia. É um texto que eu repudio, acho um absurdo.

Agora, não sei por que é um Decreto recorrente na Administração Pública. O Prefeito Bruno Covas o publicou agora; o Prefeito João Doria tinha publicado em 2017; o Prefeito Haddad tinha publicado em 2015. De dois em dois anos, não sei por que, o Prefeito determina: “Olha, vocês vão ter de renegociar seus contratos no sentido da redução de custos de 20%, de 30% e se vocês não tiverem sucesso na renegociação, estão autorizados a suspender os serviços.”

É uma coisa bizarra, absurda, não é assim que funciona. Os serviços têm termos de parceria firmados, que é o nome atual dos convênios, há valores pactuados, há compromisso com folha de pagamento, há compromissos de deveres e obrigações trabalhistas diversas, quer dizer, os salários, os benefícios, os encargos todos, há uma série de despesas mínimas obrigatórias.

É um Decreto que, graças a Deus, nunca é levado a cabo completamente, porque as decisões seriam revertidas na Justiça. Não se pode obrigar uma entidade com serviço em

andamento, com termo firmado, que responde a inúmeros parâmetros mínimos necessários e dizer assim: “Olha, ou vocês aceitam reduzir o valor ou a gente pode encerrar o serviço.” Sinceramente, eu não entendo por que os governos reiteram essa medida. É bizarro. Só não me incomoda mais, porque ela não tem como ser levada a efeito. Surge uma tensão totalmente desnecessária.

Mas se o Prefeito insistisse nisso, que fosse para valer mesmo o Decreto, a coisa mais fácil do mundo seria sustar o efeito na Justiça. Não se pode dizer para alguém: “Ou você reduz o valor...” Como assim você aceita reduzir valor? Então que sejam feitas as negociações. Mas é uma ordem baixada de cima, na horizontal: “Renegociem tudo.”

Na Assistência Social, o pouco tempo que estive lá, verifiquei que existiam vários valores de aluguel de imóveis, por exemplo, que eram completamente fora da curva. Então você tem de ter um olhar específico para cada caso. A gente tinha lá uma casa alugada para uma ILPI, por um valor de R\$ 8.000,00, um imóvel que não valia aquilo de jeito nenhum.

Uma coisa é você detectar gastos excessivos, outra coisa é mandar todo mundo renegociar 20% a menos, quando se tem valores até defasados. O valor *per capita* de alimentação e de serviço de acolhimento institucional é bizarro, é coisa de R\$ 3,00, por dia. Esse é um ponto.

O outro ponto é a mudança dos serviços da Assistência Social para Direitos Humanos e vice-versa, que não é o Decreto, é outra coisa. Acho que a gente precisa também entender por que isso está sendo feito. Eu estava tentando achar no texto da CPI da Vulnerabilidade da Mulher falas de alguns movimentos sociais que têm serviços ligados à Secretaria de Direitos Humanos que reivindicavam a mudança para a Secretaria de Assistência Social, exatamente nessa perspectiva do comando único. Ao ter serviços de acolhimento e de abrigamento em SMADS e em Direitos Humanos, cria-se uma duplicidade de serviços que não faz sentido.

A Secretaria de Assistência Social tem uma estrutura como o SAS, CRAS, CREAS

e toda a rede socioassistencial em seu organograma coisa que a Secretaria de Direitos Humanos não tem. A Secretaria de Direitos Humanos pelo seu perfil, pela sua natureza, não é uma secretaria estruturada para executar serviços de abrigamento e de acolhimento lá na ponta. Era uma reivindicação de movimentos, inclusive. Está aqui nas transcrições da CPI.

Ao mesmo tempo também há serviços de convívio, de proteção, de acolhimento - não no sentido do abrigamento, mas do atendimento - também em Direitos Humanos e em Assistência Social.

É claro que qualquer movimentação causa inquietude. É lógico que sim. É lógico que dá um trabalho a Administração, ao se reportar a uma secretaria, ouça que não, não é mais, agora se reporta à outra.

Mas acho que é bom discutir o que a gente quer que aconteça, também o que a gente não quer que aconteça, mas não confundir isso com o Decreto da redução de gastos, que é outro problema.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – A Sra. Celina Simões pede a palavra antes da Sra. Ana Cristina de Sousa. Só para esclarecer o ponto então que foi feito tanto por ela quanto pela Sra. Márcia.

**A SRA. CELINA SIMÕES** - Sim. Quero agradecer à Soninha, é por aí mesmo.

Agora, o que se fala é a mudança do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e a mudança da Casa de Passagem Rosângela Rigo, que estão no chapéu dos Direitos Humanos, para a Assistência.

Isso está tudo no mesmo chapéu onde se poderia ter até um recorte de gênero, de fato, não vai acontecer porque vão continuar ainda subdivididas as questões dos serviços que atendem a mulher.

O CRM do Capão está fechado. Eliana de Grammont está funcionando com umas duas pessoas. Depois a Ana pode passar isso para nós. Como é que hoje estão os serviços que a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania administram em São Paulo. Poderia ser

falar então só dar exemplo do CRM do Capão Redondo, porque nós estamos bem próximos do Capão. Nós estamos recebendo todas as mulheres que eram demanda do Capão, já estão subindo, nós atendemos no Centro de Defesa das Mulheres “Mulheres Vivas”.

Eliana de Grammont eu soube que está com uma equipe mínima, muito reduzida. Eu acho que se poderia falar então como é que estão os serviços dentro da pasta de Direitos Humanos para saber. Em nenhum momento fomos chamadas para dialogar o que, de fato, nós queremos.

É verdade isso que a estrutura que tem a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, quando se fala de SAS, de CRAS, de CREAS, isso a gente fala de gestão. Onde está a gestão dentro dos Direitos Humanos? Quantas pessoas hoje...? Eu sei o quanto o pessoal do RH dos Direitos Humanos trabalha. Porque quantas pessoas hoje estão nos Direitos Humanos para fazer toda essa gestão. Tem de dialogar com a base porque, de fato, nós queremos.

---

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Eu agradeço à Sra. Ana Cristina de Sousa que aqui representa a Sra. Secretária Berenice Maria Giannella. Eu próprio, no início da semana, ao encontrar a Sra. Berenice, reiterei o convite para que ela aqui viesse, inclusive, para reportar em que medida a Secretaria de Direitos Humanos atualmente tendo em vista que absorveu a condição de estar recebendo as queixas relativas à violência contra a mulher. Gostaria até que a senhora possa nos relatar como é que está sendo realizado esse serviço, de fato, que estrutura tem a Secretaria de Direitos humanos para levar adiante esse propósito de se tornar um órgão que, efetivamente, está protegendo a mulher paulistana nos mais diversos aspectos, sobretudo, quando vítima da violência das mais variadas naturezas.

Com a palavra, a Sra. Ana Cristina de Souza.

**A SRA. ANA CRISTINA DE SOUZA** – Boa noite a todas e todos. Quero agradecer o convite feito pelos Srs. Vereadores Dr. Eduardo Suplicy, Soninha Francine, cumprimento, também, a Mesa na pessoa da nossa colega de trabalho, Doutora, que vem acompanhando a

coordenação e vem desenvolvendo uma conversa conosco referente à pauta no atendimento às mulheres do Município vítimas de violência doméstica. Quero, também, cumprimentar as Sras. Celina e Márcia, que compõem esta Mesa.

Bom, muitas questões foram apresentadas aqui. Acredito que esta Mesa e este momento não vão esgotá-las pelas pautas que foram apresentadas.

Quero começar falando do motivo que a Secretaria de Direitos Humanos é convidada a falar desse lugar, quero falar dos atendimentos que foram realizados nos últimos anos de 2017, falando da nova gestão 2018, chegando em 2019 e como estamos olhando para os equipamentos que hoje compõem o atendimento a mulheres da Secretaria de Direitos Humanos.

Hoje, a Secretaria de Direitos Humanos supervisiona os Centros de Cidadania da Mulher: são cinco equipamentos, com quatro Centros de Referência da Mulher, o Centro de Acolhimento Provisório e o Centro de Atendimento Sigiloso. Equipamentos que, sim, têm as suas defasagens, que já foram apontadas pelo núcleo de defesa da mulher dentro da Defensoria Pública do Estado; que foram apontadas pelo Ministério Público, entes que têm nos acompanhado, monitorado e, também, nos auxiliado nas correções dessas falhas, nos mostrando caminhos que podemos tomar para dar respostas a essas falhas e como resolvê-los.

Temos uma questão de reestrutura de RH dentro da Municipalidade.

Esses equipamentos são da Administração Direta e temos uma defasagem quando falamos de funcionários efetivos municipais, sobre isso a Secretaria tem trabalhado incansavelmente, porque temos buscado nos mais diversos recursos para conseguirmos suprir essas necessidades e ainda temos trabalhado nisso, para dar robustez para as composições de recursos humanos dos Centros de Cidadania quanto de Centro de Referência, para dar suporte para o equipamento que no caso hoje é o único que temos de Administração Indireta que é o Rosângela Rigo, a Casa de Passagem. Temos trabalhado para dar o suporte para

esses equipamentos no que tange aos recursos humanos.

Quando falamos dos atendimentos, conseguimos ver uma leve progressão de 2017 para 2018, nos números de atendimentos. É uma resposta ainda pequena, mas que vai nos dando motivação para continuarmos nesses caminhos, investindo nessas orientações e nessas tratativas que temos buscado junto aos órgãos que nos supervisionam.

Outra questão que vem no diálogo desta noite é a questão dessa integração de equipamentos, e, verdadeiramente, acredito que esta Mesa ainda não dá respostas nem esgota essa temática.

Eu acredito que nós precisamos ter a presença não só de Direitos Humanos, mas de SMADS também. Não sei se é o momento, mas proponho que haja um convite também para SMADS, a fim de sentarmos juntos, até mesmo para elucidarmos essas questões.

Há um Decreto, mas faço uma leitura que esse Decreto vislumbre uma transição, mas não é um Decreto que vislumbre essa transição, então, como fazer a leitura da política de enfrentamento à violência?

Eu entendo que para essa discussão só Direitos Humanos não é suficiente. Faz-se necessário chamar SMADS também.

Entendo que, ainda, não seria o momento de falarmos porque não se esgotaria. Ainda ficaríamos sem respostas. Então, a presença de SMADS se faz necessária nesse sentido: para que saíamos daqui com respostas, encaminhamentos, direcionamentos, possibilidades outras de a gente conseguir pensar quais os futuros – como já foi falado – daquilo que a gente quer e daquilo que não queremos.

A gente não consegue conversar sem a presença de SMADS, quando falamos da transição dos equipamentos.

Retomando aquilo que falei inicialmente, quando nos são apontadas as fragilidades e as deficiências que hoje a rede de atendimento de Direitos Humanos de Mulheres apresenta, sim, apresentam. Mas temos somado esforços com outras – repito – instâncias do Poder

Público para que a gente consiga sanar essas dificuldades. São esforços reais, buscando concursos que já foram feitos, outros elementos e outras instâncias também dentro da Prefeitura para que a gente possa sanar essa questão.

Então, eu acredito que é isso. Talvez, nesta noite, eu não consiga dar todas as respostas que buscam, mas, neste momento, acredito nisso: para falar da transição, precisamos de outros atores nesta mesa, para que a gente, verdadeiramente, consiga dizer o que queremos, o que não queremos; e, se queremos, como queremos.

Falar da questão das fragilidades e deficiências dos equipamentos, sim. Elas existem. Nós nunca deixamos de dizer que elas existam, mas, sim, os esforços estão sendo feitos, com os parceiros da rede para que a gente consiga sanar essas dificuldades.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Já tem um Decreto publicado sobre a transição?

**A SRA. ANA CRISTINA DE SOUZA** – Não. Não conheço esse Decreto.

**P** – Então, eu acho que a gente tem mais é que falar o que a gente quer e o que a gente não quer. Exatamente, porque não está pronto. Não está redigido. Não está publicado.

Claro, isso será decidido junto com SMADS, que poderá responder por ela, mas a gente dizer o que deseja garantido, quais são as nossas preocupações, acho que isso pode ser dito já.

**R** – Eu entendo a angústia, porque acho que bem pontuou a Vereadora Soninha, quando nos vemos diante de um cenário de mudança, de mudanças bruscas e profundas, vamos dizer assim, porque estamos falando de serviços que podem migrar e tudo isso, que a gente queira mesmo falar, externar, refletir e pensar como esse quadro está sendo pintado.

Acredito que essa discussão ainda deixe lacunas. Não consegue chegar a um denominador comum, não consegue inclusive fazer encaminhamentos. É como pensar sem a outra ponta. Por isso, acho que a presença de mais atores enriquece o debate, a nossa conversa e inclusive os nossos encaminhamentos.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – De todo jeito, quero deixar encaminhado que a

Comissão de Direitos Humanos pode ser recipiente dessa demanda, das ponderações que vocês têm, por exemplo, na ponta, especificamente em relação a essa transferência. “Esperamos que tais e tais coisas sejam atendidas, que tais e tais coisas não sejam revogadas”. Podemos ser o porta-voz disso, receber essa primeira demanda bem concreta, porque vocês, da ponta, sabem melhor do que qualquer um das dificuldades do dia a dia, do repasse da burocracia, dos instrumentais, das dificuldades das relações com o Poder Público. Precisamos intermediar isso justamente porque ainda não há um decreto publicado, e se ainda não há é porque muitas coisas ainda estão em aberto.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Registro a presença da Vereadora Juliana Cardoso.

Quando a Sra. Celina Simões usou a palavra, mencionou um decreto que passava a responsabilidade da questão relativa à violência contra a mulher da Secretaria de Desenvolvimento Social para a Secretaria de Direitos Humanos. Qual é o número do decreto, por favor?

**A SRA. CELINA SIMÕES** – Então, Vereador Eduardo, na verdade, houve um equívoco. Como a Vereadora Soninha falou, ainda não há um decreto dessa transição dos serviços. Esse decreto é sobre a questão de verbas, como o do caso da saúde; há vários serviços dentro desse decreto de cortes.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Portanto, não houve ainda a transferência de responsabilidade da SMADS para a Secretaria de Direitos Humanos.

**A SRA. CELINA SIMÕES** – Ainda não.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – O que foi lido, portanto, foi uma manifestação, assinada pelo Padre Jaime pedindo a revogação daquilo que não aconteceu?

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Porque é a revogação do decreto da economia, o decreto da renegociação.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Não. Na verdade, não, Jordano, pelo seguinte: eu e a Vereadora Juliana Cardoso estivemos em reunião, articulada pela Vereadora Adriana Ramalho, na Secretaria de Direitos Humanos para discutir sobre isso, e a transferência prevista sequer vai acontecer toda ao mesmo tempo. À medida que alguns termos de parceria em vigor chegarem ao seu vencimento e exigirem necessariamente um novo chamamento, porque não podem mais ser renovados, nesse momento, o novo instrumento será firmado pela Secretaria que passa a assumir a responsabilidade pelo serviço. Então, essa parte já está decidida. Não há relação dessa demanda pela renegociação dos valores com essa transferência prevista dos serviços de mulheres.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Tem a palavra, a Vereadora Adriana Ramalho.

**A SRA. ADRIANA RAMALHO** – Sr. Presidente, peço a palavra para cumprimentar toda a Mesa e os demais presentes. Gostaria de esclarecer alguns pontos. Eu mesma, Vereadora desta Casa de primeiro mandato, articulei com todas as Vereadoras mulheres um encontro na Secretaria de Direitos Humanos com a presença do Secretário da SMADS. Esse encontro, um primeiro passo, foi justamente para poder iniciar um diálogo a respeito dessa transição. A conversa que vai se dar com os movimentos e com todos aqueles que estão à frente desses trabalhos vai acontecer à medida que alinharmos, com todas as Vereadoras, as discussões e o melhor caminho a ser adotado, contando com a participação das Vereadoras no sentido de contribuir como seria feita essa transição. Inclusive já há uma reunião agendada com a Vereadora Juliana Cardoso com a Pasta da Mulher para podermos colher sugestões que o mandato de S.Exa. der referente à transição quer será feita na Secretaria de Direitos Humanos.

O diálogo, portanto, dar-se-á agora, neste primeiro momento, com esse primeiro encontro de todas as Vereadoras que estiveram presentes nessa reunião e, num segundo

momento, o diálogo vai ter continuidade com a participação de todos os movimentos feministas, de mulheres. Queremos também todos aqueles que são envolvidos em SMADS e Direitos Humanos, estando eles nos equipamentos ou não, participando dessa conversa para o melhor encaminhamento. Por isto o decreto não foi publicado, porque está sendo construído em prol da qualidade dos serviços ofertados para as mulheres pelo Executivo.

Para finalizar minha fala, peço ao Presidente Eduardo Suplicy que leia o tema da pauta desta audiência pública, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Com prazer.

“Mulheres em pauta: a violência precisa acabar”.

**A SRA. ADRIANA RAMALHO** – Então, o foco desta audiência é falar sobre a violência contra as mulheres. O objeto desta audiência é para mostrar dados, valores, índices, o combate à violência contra a mulher e, principalmente, o tema feminicídio.

Gostaria, portanto, que esta audiência se ativesse à pauta relacionada a esse tema e, se a Comissão entender que é necessário falar sobre a transição, que façamos a convocação de membros das duas Secretarias que estão envolvidas. Não é o caso agora.

Peço aos nobres Colegas Vereadores e aos membros que estão compondo esta audiência pública, para que entremos na matéria em si e, se for o caso, na Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária, faremos a convocação das duas Secretarias para falar especificamente dessa transição e dos decretos.

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Tem a palavra, a Vereadora Juliana Cardoso.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Boa noite a todos e a todas. Ao público que está compondo a Mesa, estava acompanhando a fala de vocês, em que pese não estivesse aqui presente o tempo todo.

Vereadora Adriana, com todo o respeito e carinho que eu tenho pela senhora, e é

carinho mesmo, independente da questão partidária, a gente acaba ficando muitas horas aqui no plenário, muitas vezes, conversando, fazendo a definição das pautas, agora, com respeito também, é uma comissão que ela fala o que ela quiser. Nós Vereadores aqui dialogamos e falamos o que tem na pauta, faz parte da nossa função. Aliás, a Vereança é para isso. Eu falo que Vereança é ver a dor do povo. Um dos nossos objetivos é usar o nosso instrumento sempre a fala e o microfone.

Hoje de fato tem uma pauta que está sendo discutida, que é a violência das mulheres e que parte também dessa relação das políticas públicas. As pessoas estão de fato preocupadas de como isso vai se dar e daí quando tivemos a reunião das Vereadoras, cheguei na reunião e falei que vim e fui fazer uma consulta antes para o movimento das mulheres feministas, onde eu tenho participação e as mulheres feministas tocam as pautas feministas, não significa que elas me apoiem. Apoiam diversos outros partidos, ou diversos outros Parlamentares. A gente tomou uma decisão de ir para poder tentar compreender o que é que estava sendo colocado, mas é uma reunião que tinha muitas Vereadoras e que infelizmente não tem tanta profundidade nas políticas públicas que são vinculadas às mulheres, então, são muitas dúvidas para poder entender o que era cada espaço e não consegui me aprofundar melhor no objetivo, qual é o porquê de estar acontecendo isso, de onde vai tirar o orçamento, como que vai ser a transição, qual vai ser...porque a Secretaria de Assistência Social tem um perfil de conveniamento e a Secretaria de Direitos Humanos, tem outro perfil de conveniamento, então, como que se muda, enfim.

Portanto, eu solicitei outra audiência para poder dialogar com as parceiras que estão conosco nessa caminhada para poder compreender isso. Claro que eu entendi, não sei se até agora vai ter, vai continuar isso, não estaria tendo uma efetivação se não tivesse um diálogo com todos os setores como Defensoria Pública, Ministério Público são as Vereadoras e os movimentos e as organizações e os conselhos, é isso que eu estou entendendo e está em tramitação.

Na minha opinião, a gente acabou não tocando muito nesse assunto, acho que quando o Vereador Eduardo Suplicy, presidente dessa Comissão, propôs um pouco essa audiência pública, eu já questionava e a Vereadora Soninha também questionou nessa relação das transferências. Temos que fazer um debate e vamos fazê-lo até porque serviços que são vinculados à luta das mulheres, que não se fecha. Serviços que são e que viam outra pauta que não entrou aqui, por exemplo, é a Casa da Mulher Brasileira, todo o esforço, mas até agora, estamos já no dia 21 de março de 2019 e nada, não se resolveu.

Então, acho que temos problemas, as casas estão fechando, tem casas que estão na assistência social ou vinculadas a direitos humanos que estão precariamente sendo atendidas. A gente sabe que há instituições que demoraram para receber dois, três meses e seguraram a onda para dar continuidade do serviço sem ter que fazer o fechamento total e, infelizmente, nesse período que estamos vivendo de um alinhamento político que eleva a questão de armas, a falta de políticas públicas, nós cada vez estamos mais vulneráveis. É necessário a gente fazer essa pauta. É necessário a gente brigar pelas políticas públicas. É necessário a gente fazer esse enfrentamento, porque se não fizermos eles passarão por cima de nós, retirando os recursos e os serviços.

Era essa a contribuição que eu queria fazer e dizer que aqui a gente tem uma mesa – claro, só está a assistência social e a Ana Cristina já disse que não tem como dialogar isso sem a outra ponta, mas de fato já tem alguma coisa pensada na sua secretaria e isso teria de ficar um pouco mais claro para contribuir com o nosso debate.

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Agradeço as observações, tanto da Vereadora Adriana Ramalho, quanto da Vereadora Juliana Cardoso. Mas, eu gostaria de perguntar a Sra. Ana Cristina de Souza...

**A SRA. ADRIANA RAMALHO** – Pela ordem, Presidente. Só para deixar registrado, eu tenho uma grande estima pela Vereadora Juliana, até porque nos tornamos grandes

colegas aqui dentro, uma apoiando e ajudando a outra, assim como a Soninha e outros vereadores. É por isso que vim o mais rápido possível para comparecer a esta audiência, justamente para elucidar que a composição das vereadoras mulheres desta Casa é justamente para dar encaminhamento da melhor forma possível nas questões das mulheres, da pauta da mulher, dos equipamentos públicos, dos serviços públicos. E por isso que eu acho extremamente importante deixar de forma objetivada que houve o primeiro contato, primeiro com as vereadoras para poder iniciar um diálogo. E não será na audiência pública que a gente vai apenas exaurir, apenas finalizar uma discussão se isso está sendo construído agora.

Então, é óbvio que a Ana Cristina, que está representando a Pasta de Direitos Humanos e a Pasta da Mulher, terão muitas questões em aberto, porque o diálogo começou agora. Está sendo construído agora, Presidente, essa formulação, os critérios para a gente conseguir fazer essa transição e se for de acordo com os movimentos e dos setores.

Então, eu deixo aqui um requerimento – posso fazer de próprio punho – para que essa audiência seja remanejada com a pauta da transição, com a presença da Secretária Berenice e do Secretário de SMADS e que possamos dedicar as horas das audiências para poder esclarecer e fazer estabelecer esse diálogo que tanto queremos e estamos falando neste presente momento.

Então, eu vou fazer um requerimento por escrito e peço aos nobres colegas para que possam fazer esse encaminhamento, concordarem com ele para nos atermos ao tema. Eu sei que faz link, porem o foco principal estamos deixando de lado de debater aqui esta noite, pois acho que todos que estão nos assistindo pela TV Câmara estão interessados em saber e ouvir o conteúdo de cada um desta mesa, principalmente sobre as questões de feminicídio que estão acontecendo na cidade de São Paulo e no Brasil.

Deixo, então, registrado isso aqui e por isso até concordei com a audiência pública. Eu e a Juliana conversamos no dia e falamos sobre a necessidade mesmo das audiências públicas dentro desta Casa, que é Casa do Povo, onde todo mundo tem de se expressar.

Da mesma forma que um vereador tem total liberdade para falar, os outros 54 também tem, da mesma forma que eu tenho todo o direito de fazer um requerimento e pleitear. Sei que não é essa a questão, mas para o bom andamento de uma forma organizada, a gente precisa seguir uma pauta, a gente precisa dar voz a todas as pessoas que estão acompanhando e que nem foi ainda impulsionado, porque o diálogo e a conversa se deram agora, através e o primeiro pontapé na reunião dentro da Secretaria de Direitos Humanos.

Deixo aqui o meu pleito, registrado o meu requerimento e o meu carinho pela Vereadora Juliana Cardoso. Reitero, é para deixar registrado isso.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Acho importante essa sua iniciativa de propor a continuidade desta audiência pública, mas o mais completo, eu acho que poderíamos até, como hoje é uma reunião de audiência pública, precisaríamos apreciar e votar o seu requerimento na próxima reunião regular. Mas eu gostaria de aproveitar a oportunidade, então, de solicitar aos membros da Comissão e aos presentes que possam sugerir ideias além daquela que a Vereadora Adriana está colocando. Dessa forma, poderíamos enriquecer bastante uma próxima reunião. Mas como a Vereadora Adriana pediu que nós aqui colocássemos os dados de violência contra as mulheres, então permita só dizer a evolução de dados da Secretaria de Segurança Pública, que mostraram que em 2017 o número de mulheres assassinadas cresceu 12% no Estado de São Paulo; 529 vítimas de homicídio do sexo feminino contra 474 em 2016, conforme os dados tabulados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Esse é um dado importante que, obviamente, indica a responsabilidade de todos nós. Isso é no Estado, mas nós sabemos que no Município de São Paulo a situação é igualmente grave.

Mas eu gostaria, ainda, de pedir um complemento na exposição da Sra. Ana Cristina de Sousa, porque me parece que a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, hoje, tem ali o local onde as mulheres que têm sido vítimas de violência podem chegar lá e relatar o que sucedeu e quais as providências que precisam ser tomadas para dar a devida proteção.

Eu conheço isso até porque, há cerca de três semanas, aqui recebi uma senhora que foi violentada, em Diadema. Ela precisava de uma assistência e, então, a encaminhei para a Secretaria de Direitos Humanos, onde fui informado que pessoas que tenham sido objeto de violência são ouvidas e direcionadas para algum lugar. De fato, isso está acontecendo? E qual é o número de mulheres que vão lá se queixar? De fato, é a Secretaria de Direitos Humanos o local da Prefeitura, hoje, onde mulheres podem reportar episódios de violência contra elas? Ou há outros lugares?

Aproveito a oportunidade para fazer uma questão que as Vereadoras há tempos têm perguntado: como é que está a Casa da Mulher Brasileira em São Paulo, que estava pronta para ser inaugurada ao final da Gestão Fernando Haddad e até o ano passado não havia sido? Então, se puder nos dar a informação a respeito, por favor.

**A SRA. ANA CRISTINA DE SOUSA** – Então, sim. Nós temos os Centros de Referência da Mulher, que fazem esse acolhimento das mulheres. E falando muito especificamente das mulheres que, de alguma maneira, são encaminhadas para a Secretaria de Direitos Humanos. Elas são acolhidas no balcão de atendimento. A Secretaria de Direitos Humanos possui um balcão de atendimento e, detectando essa violência, detectando que mulheres, ali, estão relatando violência doméstica, elas são encaminhadas para um Centro de Referência que nós temos aqui no centro. É o Centro de Referência 25 de Março, CRM 25 de Março. Então, sim, essas mulheres estão sendo acolhidas e atendidas no balcão de atendimento.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Teria o número de casos que foram ali acolhidos?

**A SRA. ANA CRISTINA DE SOUSA** – Temos. Então, falando de 2017, pensando nessa progressão, em 2017, nós atendemos somente. no Centro de Referência 25 de Março, por exemplo, aproximadamente a 1.700 mulheres. Falando de números agora, pensando ainda nessa progressão, falando do atendimento do CRM 25 de Março, em 2018, nós subimos aí

para um pouco mais de 2.500 atendimentos dessas mulheres no centro. Aí, pensando agora nesse primeiro trimestre de 2019, nós estamos falando aí de aproximadamente 500 mulheres já atendidas, acolhidas no centro de referência e também encaminhadas. Quando a gente fala dos encaminhamentos, nós estamos falando de encaminhamentos para a Defensoria Pública e nós estamos falando de encaminhamentos de saúde. Reportando aí, pensando no 25 de Março, nós estamos falando de encaminhamentos para a Defensoria, nós estamos falando de mulheres que foram atendidas no centro, em torno de 250 mulheres, só no 25 de Março. A gente está agora falando desse primeiro trimestre de 2019.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – O endereço do Centro 25 de Março qual é?

**R** – Nós estamos ali na Rua Líbero Badaró, nº 137, no 4º andar.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – É onde fica a Secretaria de Direitos Humanos?

**R** – É no mesmo endereço, na mesma rua. Direitos Humanos está no 119.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – É quase vizinho então?

**R** – Sim, sim, muito próximo.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Um três quatro.

**R** – Um três quatro.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito bem.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – E como é o acesso lá? É de porta aberta?

**R** – Sim, o atendimento é porta aberta. As mulheres têm acesso liberado. Não há necessidade de elas se identificarem em portaria, nada disso, porque isso também foi algo que nós tivemos um questionamento por parte da Defensoria Pública, se havia a necessidade, porque muitas mulheres, na situação de violência, saem das suas residências sem documentos, estão fugindo da situação de violência; e aí então elas têm total acesso ao centro, sem necessidade de se identificar previamente, e são acolhidas lá.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Como funciona? Como é esse fluxo de atendimento? A pessoa que chega lá encontra o quê? Encontra um balcão, uma mesa ou uma sala de espera?

**R** – Ela encontra uma sala de espera, e, nessa sala, ela vai ser abordada por uma psicóloga, que vai fazer uma primeira conversa, uma triagem com ela. Vai levá-la então para uma sala reservada, exatamente para atendimento, uma sala que contribua ali com o sigilo. Ali ela vai ser escutada nas suas demandas, vai ser ouvida naquilo que ela traz, e aí, então, os encaminhamentos, a partir desses relatos, são feitos, sejam para serviço de saúde, sejam para serviço de acolhimento, para o atendimento com a Defensoria. Se for o atendimento jurídico, a orientação jurídica é feita com a Defensoria, por meio da nossa parceria, e aí então é agendado, com essa mulher um dia, um horário, para que ela retorne e passe em atendimento com a Defensoria.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – E o que exatamente significa o encaminhamento?

**R** – Ouvir a demanda, entender essa demanda, encaminhar essa mulher para o serviço de atendimento do qual ela está trazendo a demanda para a gente e buscar uma contrareferência desse atendimento também. Então, esse serviço vai nos dar uma devolutiva do que foi esse atendimento. Se for um acolhimento, dá-nos uma devolutiva do que foi esse acolhimento, como está sendo o acolhimento, e há até a possibilidade de referendá-la no serviço, para que a gente consiga essas informações, e aí, de alguma maneira, conseguir acompanhar esse caso.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Mas quando se conclui, por exemplo, que ela precisa fazer um atendimento em saúde, ela recebe uma orientação: “Procure este serviço.” Ou, no caso de um acolhimento em Assistência Social, enfim, ela recebe esse tipo de encaminhamento: “Olhe, o endereço está aqui. O telefone está aqui. Esse é o horário de atendimento.” Ou é mais caprichado do que isso? Entende?

**A SRA. ANA CRISTINA DE SOUSA** – Entendo. Isso vai demandar muito de qual é

a situação em que essa mulher chega ao centro. Se é uma situação em que ela chega ao centro muito machucada, extremamente vulnerável, e ela não tem, muitas vezes, a condição material, financeira, de se locomover a esse serviço, a técnica vai solicitar um veículo e vai levá-la até esse serviço.

Ela chega vulnerável, mas ela tem condições de se locomover na Cidade? Ela tem condições de buscar esse serviço? Até mesmo para trabalhar questões de autonomia com essa mulher, ela é encaminhada. Ela é orientada, direcionada, e ela busca esse serviço. Então, essa avaliação vai depender muito da condição em que ela chega ao centro.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Nós temos um serviço como esse na Cidade, com essas características, do balcão...

**A SRA. ANA CRISTINA DE SOUSA** – Não.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Como é que é a denominação desse serviço?

**A SRA. ANA CRISTINA DE SOUSA** – Não, é que são duas etapas, aqui, que eu descrevi.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Sim.

**A SRA. ANA CRISTINA DE SOUSA** – Há o balcão de atendimento, que fica na SMDHC. Isso é uma coisa. Esse atendimento que eu estou relatando é feito no Centro de Referência da Mulher. Aí, o Centro de Referência da Mulher, no caso, que é supervisionado por SMDHC, esses são quatro.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Está bem.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Anote que, salvo engano, a Sra. Ana Cristina mencionou que, em 2019, em três meses, já são cerca de 500 mulheres.

**A SRA. ANA CRISTINA DE SOUSA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Estas mulheres, que ali chegaram, estão vivas.

**A SRA. ANA CRISTINA DE SOUSA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Não são aquelas que foram assassinadas. Aqui, no Estado de São Paulo, chegaram a algo como eu mencionei, 529, salvo engano.

Então, queridas Vereadoras... Porque eu acho que nós, aqui, precisamos estar preocupados em que passos podemos dar para prevenir as violências daquelas mulheres que ainda vivem, estão chegando ao Centro de Referência da Mulher e relatando os episódios em que foram objeto de violência, mas, também, preocuparmo-nos com que medidas podemos tomar para aquelas que infelizmente foram mortas, para que não ocorram mais tantos feminicídios.

Quero até saudar essa sua sugestão de termos uma nova audiência pública e gostaria de sugerir que possamos, cada um de nós, enriquecer a sua proposta de requerimento, pensando nisto: quem é que poderemos ouvir, aqui, que possa contribuir para diretrizes que venham a prevenir tanta violência? Eu fico pensando, queridas Vereadoras, se já tinham pensado nesse caso. Fiquei pensando: será que nós convidamos, aqui, pessoas que foram vítimas da violência para relatarem o que se passou... Será que eu estaria pensando de maneira inadequada? Imagino a pessoa vir aqui e contar o que se passou com ela.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Sr. Presidente, eu mesma já quis escrever um artigo de jornal: “Escutem a vítima”. Tendo sido alguém que já percorreu o caminho de... Liga 190. Vem a viatura. Vai à delegacia. Faz o BO. Vai ao fórum. Passa pela Assistência Social. Passa pelo psicólogo. Eu fiz esse trajeto. Eu percorri esse caminho. Então, eu acho que tem um valor, sim, de quem vive a experiência, que não tem equivalente. Há a experiência vivida de cada um, a experiência de quem faz o atendimento, a experiência de quem recebe o atendimento e sabe a diferença que faz a orientação, assim, fui atendida por quatro, cinco viaturas policiais diferentes. Cada dupla de policial que veio tinha um jeito de agir, tinha um protocolo. Sei que existe o protocolo da Segurança Pública, existe o treinamento, a cartilha, o manual, as orientações todas e ainda assim cada policial que vem na sua casa atender ao

pedido tem um comportamento completamente diferente do outro.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – A senhora quer fazer uma sugestão, por favor. Pode usar a palavra, Joice, que está nos assessorando e tem algumas sugestões. Por favor, Joice.

**A SRA. JOICE** – É o seguinte: acho superimportante pensar na assistência à mulher que sofre violência, como melhorar os equipamentos, como o Poder Público pode, enfim, alavancar cada vez mais o atendimento para as mulheres que sofrem violência.

Agora, o que muitas vezes fico me perguntando e estávamos tentando trazer alguém para falar sobre isso, é o que fazer com esses homens que cometem violência. Acho que o Poder Público podia ficar mais atento a isso, também é uma forma de prevenção, ouvir esses homens e saber como direcioná-los para que não voltem a cometer violência contra as mulheres, enfim, acirrar as leis, qualquer coisa do tipo.

E até para tratar também como uma questão cultural – como a Vereadora Soninha falou – os atendimentos prestados por policiais, as mulheres muitas vezes relatam que vão a uma delegacia e são maltratadas, enfim, são silenciadas e constrangidas.

Então como podemos tratar a sociedade como um todo para que isso também entre no âmbito das políticas públicas para tentar equacionar essa questão. Estamos falando da remediação do problema, mas as causas, a raiz do problema, também considero bem importante pensar.

Muito obrigada.

**A SRA. ADRIANA RAMALHO** - Joice, acho perfeita a colocação. Você já ouviu falar do Programa Tempo de Despertar? Então, o Programa Tempo de Despertar já existe em Taboão da Serra há mais de dois anos. Nos dois primeiros anos o Programa teve um atendimento multidisciplinar e justamente com atendimento e com um trabalho feito aos agressores.

Esse Programa Tempo de Despertar foi proposto pela Dra. Gabriela Manssur, do

Ministério Público e os dois primeiros anos a reincidência de 65% caiu para 2%. E agora tivemos aqui na Câmara Municipal a propositura deste projeto de lei, que foi aprovado, sancionado e já está nas secretarias competentes para que em breve seja efetivado na cidade de São Paulo. E possamos trabalhar com esses agressores até para poder estudar o índice da Capital.

Então já temos uma política pública voltada a tratar a raiz do problema, o termo correto não é tratar, é trabalhar para que ele entenda que o que faz é crime, ele não pode ser um reincidente. Ou seja, não pode tornar a violentar a mulher de nenhuma forma, seja fisicamente, psicologicamente, emocionalmente, financeiramente.

Então sugiro, inclusive, a participação nesse próximo encontro - e já que o nosso sempre Senador colocou a ideia como sendo muito propositiva e positiva – do Ministério Público. Por que não chamar a Dra. Gabriela Manssur para participar desse encontro e explicar não só essas políticas públicas, através do Ministério Público, que agora estão entrando no Legislativo, através de Vereadores ou do próprio Executivo, mas outras políticas públicas para defender as mulheres vítimas de violência doméstica.

Como o projeto que foi aprovado agora em primeira votação, para que se consiga reinserir essas mulheres no mercado de trabalho e dar oportunidade para elas se empoderarem. Para que possam se manter financeiramente e sair dessa dependência, dessa violência que muitas vezes acontece por falta de recursos.

Colocar também um representante do Judiciário, porque no Fórum da Lapa já acontece também esse projeto e a reincidência nos primeiros dois anos também foi de zero por cento. Então teve uma efetividade muito maior.

Portanto, trazer um representante do Ministério Público, e sugiro o nome da Dra. Gabriela Mansur, porque ela é superqualificada e está dentro do projeto, então ela poderá falar com muita propriedade; também trazer um representante do Judiciário que tem acompanhado esse programa e que tem feito com que esse programa seja respeitado e que possa falar.

Talvez não vamos ter homens aqui para poder falar e dar um testemunho sobre o que eles passaram, sempre temos mais testemunhos de mulheres. Mas, pelo menos, o Judiciário vai conseguir nos apontar com muito mais eficácia esses tipos de processos que tiveram acompanhamento e que foram finalizados com reincidência, principalmente no Fórum da Lapa.

Acredito que, através de audiências públicas, possamos divulgar esses tipos de projetos, programas, para que mais mulheres tomem conhecimento e venham se apossar desse direito e que possam participar desses programas, para podermos cada vez mais combater a violência na nossa cidade e no nosso Brasil, porque inclusive não tem o programa Tempo de Despertar na esfera nacional.

Essa seria pauta para todas as Vereadoras se reunirem e conversar com a Dra. Gabriela Mansur para que a gente pleitear isso agora no Congresso e fazer com que essa lei seja uma lei federal. Então fica aqui a minha sugestão, Presidente, para que esses representantes participem desse encontro, assim a gente vai conseguir trazer muito mais dados, não só para os Vereadores, mas para toda a população.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito bem. A Vereadora Juliana também tem uma sugestão, mas seria bom então formalizar o requerimento, como tais sugestões.

Tem a palavra a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Presidente, se for audiência pública para tratar sobre a questão da descentralização das Secretarias, é uma audiência, porque ali é onde tem o foco das políticas públicas, em geral. E essa seria outra para ter mais profundidade. Também teria uma terceira que, talvez, a gente se organizaria da melhor forma visualizando, dentro da própria Prefeitura, está o pensamento, ou como a Secretaria de Direitos Humanos está dialogando com outras Secretarias sobre as políticas que elas estão fazendo para poder traduzir a questão da política pública.

Sempre falo da Secretaria de Mulheres, que foi extinta, que tinha um caminho de

dialogar com outras Secretarias. Por exemplo, o transporte. A última pesquisa que teve da Nossa São Paulo mostra muito assertivamente os focos da violência, e um deles é no transporte. Então a Secretaria de Mulheres entrava em contato com a Secretaria de Transportes e naquele jornalzinho de informativo mesmo ela prestava a informação: “O que que é assédio?” Porque, muitas vezes, as mulheres não sabem. Muitas vezes, estão sofrendo assédio, mas não sabem. Ou fala assim: “Ai, não. Acho que é coisa da minha cabeça”. Existe um núcleo que faz a gente pensar que nós que somos culpadas de ser assediadas.

Também ele trazia informações de locais onde podia denunciar, enfim. E na própria Secretaria de Transporte começou-se a pensar em um setor que receberia essa demanda, e até dialogar com os motoristas e os cobradores quando eles identificassem que isso acontecia e como eles teriam de ser portar diante disso.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Tem um protocolo agora, Vereadora, em que os motoristas e cobradores são orientados como proceder no caso de ocorrência de importunação sexual, de assédio dentro do veículo.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Então isso que estou dizendo, que iniciou em cima de uma política de uma Secretaria que foi a fundo, e com muita dificuldade, porque a gente inclusive tem muitas dificuldades em qualquer governo de que os próprios compreendam que isso é uma política importante de ser praticada.

E, por exemplo, outra coisa que foi muito interessante foi a Secretaria de Serviços, que era vinculada a Ilume, onde foi pensada a implantação da luz de LED. Iniciou-se em cima do estudo do próprio Ministério Público e da Defensoria Pública, que foram atrás de informação e a Secretaria reuniu todo mundo para decidir em quais regiões, em quais bairros, precisava implantar LED, assim as mulheres se sentiriam mais seguras nas ruas.

Então acho que a gente precisa pensar como a Prefeitura também está se portando em relação a isso. Outro exemplo, como está a relação do aluguel social para as mulheres vítimas de violência? Como está a questão de moradia da própria Secretaria de Habitação para

as mulheres. Enfim, é uma política que tem que ser construída, e são vários temas que têm de ser debatidos.

Então, se for essa a relação desta Comissão, também não podemos esquecer que tem uma Comissão de Saúde, Trabalho e Mulher que trata também dessa pasta. Então, ela também precisa se juntar nisso para que as duas Comissões possam funcionar.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito bem. Quero sugerir à Vereadora Juliana que reflita, até podemos fazer diversos requerimentos para serem apreciados na próxima semana visando uma reunião seguinte de reflexão sobre os temas agora sugeridos.

Tem a palavra o Sr. Robson Mendonça, que gostaria de representar a voz da mulher da rua, embora seja homem.

**O SR. ROBSON MENDONÇA** - Quero cumprimentar a Mesa, na presença do Vereador Suplicy e dizer que todos os homens têm sua parte mulher.

Sabemos que as mulheres em situação de rua, pelos seguintes motivos: primeiro, questão de horário, não vão poder estar aqui; segundo, se estiver abrigada, é mais difícil, se estiver, porque não existe abrigo para mulher na cidade de São Paulo.

Quando eu digo que não existe abrigo rua na cidade de São Paulo quer dizer que não existe abrigo suficiente para mulher, e essa mulher é mais violentada ainda porque ela é violentada por falta de abrigamento em albergues ou centros de acolhida, além de sofrer violência, agressões, estupros, desrespeito de todas as maneiras possíveis a essa pessoa em situação de rua.

Digo isso, porque faço parte do Comitê Intersecretarial de Política Pública na Secretaria de Direitos Humanos e, lamentavelmente, só tivemos dois representantes até hoje na Secretaria de Direitos Humanos que realmente dialogavam com o mais fragilizado: a Sra. Bezerra e o Sr. Eduardo Suplicy.

Os demais deixam a desejar, porque quando se pede para descer, para ouvir a Pop Rua, no comitê, há mil e uma agendas e não comparecem. Então, precisaria haver mais sensibilidade da Sra. Secretária de Direitos Humanos, para fazer um diálogo com aqueles mais fragilizados.

Então, a pedido das mulheres, quando eu conversei com elas, disseram: “Olha, a gente não vai poder estar lá. Gostaríamos muito, mas o tempo está chuvoso. A gente tem que procurar um abrigo embaixo de uma marquise, que não pegue água”. O Lúcia Jardim fechou. Ali recebiam homens e mulheres. Então, muitas mulheres que estavam ali foram para a rua. Muitas mulheres que foram atendidas, no balcão de atendimento de Direitos Humanos, não tiveram o retorno desejado. Digo isso porque algumas se portaram a nós dizendo isso. Elas buscam não só o atendimento da violação que elas sofreram, mas o abrigo embaixo de um teto, e não tiveram.

Eu sei que isso não é culpa da Secretaria de Direitos Humanos, é a uma deficiência da Secretaria de Assistência Social, é uma deficiência da falta de política pública, na cidade de São Paulo, de não ter esse abrigo à mulher.

Então, eu também fico pensando, Srs. Vereadores, sobre a medida protetiva, ou seja, a medida “matativa”, porque quando eu vejo, no jornal: “A mulher foi morta pelo seu companheiro e ela estava com medida protetiva”, em quase 70% dos casos relatados, em jornais e telejornais, essas mulheres foram vítimas de feminicídio e estavam com medidas protetivas. Como pensar para se diminuir essa questão? O que fazer? Como resolver essa questão? Porque a violência está cada vez mais tangente quando vemos dizerem: “Esse professor estivesse com arma teria evitado o assassinato maior”. Eu acho que uma pessoa como esse, pelo amor de Deus... Quando se vê falar que a arma vai proteger o cidadão, com a violência que está, do jeito que está aí, eu fico pensando nas pobres mulheres, que, sem arma de fogo, já são estranguladas. Eu nasci de uma mulher, me casei com uma mulher, tive uma

filha mulher e amo todas as mulheres. E digo uma coisa: “Eu vejo, na televisão, imenso, quantidade de entidades protetivas de proteção, de acolhimento etc.; e a gente só vê crescer o feminicídio e a gente só vê crescer a violência contra a mulher. Aí eu fico pensando: “Que medida iremos tomar e o que fazer?”

Era esse o recado que eu queria dar em nome das mulheres em situação de rua. Vamos pensar num abrigo e num teto para elas, porque, agora, neste momento, mais de 50 mulheres estão procurando abrigos embaixo de marquises, para não passar a noite molhadas, e há mulheres morrendo nas ruas, como, nesses dias atrás, morreu uma senhora de idade por causa da chuva.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Sr. Presidente, eu queria solicitar aqui, internamente, na Câmara Municipal, para a Procuradoria da Casa, se poderia fazer uma pesquisa para a gente, de toda a legislação municipal, aliás, das leis, decretos, portarias e serviços vigentes relacionados à prevenção, enfrentamento da violência contra a mulher, para que a gente analise esse arcabouço todo de produção legislativa e veja: “Olha, isso aqui é muito bom; por que não saiu do papel?”, “Ah, isso aqui é muito incipiente, deu supercerto”. Aqui na Mesa foi feita referência ao desejo de ter o programa Guardiã Maria da Penha na zona Sul. De fato, é um programa que, onde ele existe, tem uma avaliação muito positiva; mas ele existe em muito poucos lugares. O que teremos de fazer? Concurso para a Guarda Civil Metropolitana ou não? Ou com o efetivo atual é possível ampliar o programa, desde que tenhamos, por exemplo, mais viaturas? Então, se tivermos essa consolidação do que existe no papel, do que existe em tese, teremos muito que fazer para contribuir, para melhorar.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Sra. Nálida Coelho Monte.

**A SRA. NÁLIDA COELHO MONTE** – Primeiro, eu gostaria de cumprimentar as Vereadoras Adriana e Juliana, que eu não tive oportunidade antes de cumprimentar. É muito incrível poder discutir políticas para mulheres, com mulheres na política. Acho que foi Simone de Beauvoir que disse que a política muda uma mulher, mas muitas mulheres mudam a

política. Então, é muito incrível poder discutir esse assunto com mulheres.

Com todo o respeito ao que a Vereadora Adriana falou, acho que é superválido nos perguntarmos como se muda o feminicídio. Para mim, o feminicídio tem implícito, em seu conceito, a ideia de que a morte de mulheres é um crime de ódio, um crime que seria uma morte evitável e que decorre de um contexto de impunidade e de tolerância à violência contra as mulheres.

O combate ao feminicídio, o enfrentamento ao feminicídio, a violência contra as mulheres não está centrada unicamente na pauta punitivista ou na pauta repressiva; ele tem a ver principalmente com, primeiro, a compreensão de que existe uma relação de circularidade ou de dependência entre discriminação, desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres, e violência; e, segundo, com a necessidade de fortalecimento da rede de enfrentamento à violência.

Quando falamos sobre a necessidade de termos que pensar sobre a alteração na gestão dos equipamentos, estamos fazendo justamente isto: estamos concentrando os nossos esforços na existência de rede de enfrentamento à violência forte. Muito embora eu tenha compreendido que irá existir uma audiência com essa finalidade específica, a ideia de trazer esse debate para este momento, para este ponto, é porque temos uma realidade que é posta aqui: os serviços que se concentram hoje na Secretaria de Direitos Humanos são os mais sucateados que existem. Então, não sabemos se essa alteração irá implicar uma ausência de continuidade desses serviços dos centros de referência, que são superimportantes. São equipamentos que eu, particularmente, acredito que tenha uma potência muito grande. Não à toa, a recomendação da CPMI foi pela expansão desses serviços, e não pela expansão das delegacias de polícia, que é onde as mulheres sofrem a maior revitimização. Nesses serviços, as mulheres têm um acompanhamento multidisciplinar e a possibilidade de desenvolvimento da cidadania. Então, quando trazemos essas questões para o diálogo, neste momento também, elas têm essa finalidade.

Mas, para acrescentar ao debate e falar de serviços que já existem, que poderia melhor – e aí, talvez, ter algum encaminhamento -, vou deixar com vocês um relatório que fizemos a partir das visitas a todos os abrigos sigilosos do município de São Paulo. Dentre os vários problemas que analisamos, elencamos dois principais.

O primeiro, é que não há exatamente uma falta de vagas nos serviços, temos é uma dificuldade de acesso a esses serviços. O acesso já é muito burocratizado quando concentrado em SMADS. Nossa questão em relação a ser concentrado em duas Secretarias, nosso temor é de que ele fique ainda mais burocratizado. Hoje uma mulher que solicita vaga em um abrigo sigiloso, por exemplo, ela primeiro precisa passar por uma equipe de um centro de referência de atendimento. É feito um primeiro relatório. Depois, a vaga é solicitada por CREAs; mais um relatório. Depois, mais um relatório na entidade que vai abrigar-la. Não há um controle de vagas unificado. Então, se é preciso abrigar uma mulher, não se sabe nem quantas vagas há. Então, o acesso é muito complicado. É necessário que haja uma central única de vagas. Já apresentamos essa sugestão à SMADS.

Um segundo ponto é se trabalhar na perspectiva de que esses equipamentos sigilosos são mistos, para acolhimento da mulher e dos filhos. Até para garantia da autonomia da mulher, do seu direito ao trabalho e à independência, que esses equipamentos sejam encarados dessa forma. Hoje esses equipamentos não têm, por exemplo, educadores e educadoras. As mulheres têm de passar o dia inteiro cuidando dos filhos. Então, elas não têm como, nesse contexto, ter possibilidade de autonomia. Isso é algo que também temos de pensar, em termos desses equipamentos de forma mista.

Essa ideia que a Vereadora Juliana Cardoso, desse diálogo intersecretarial, é essencial. É isso o que a Lei Maria da Penha traz: a necessidade de entender a violência como um fenômeno multifacetado, para o qual a resolução não passa somente pela via jurídica. Às vezes, como operadores do Direito, temos a pretensão de achar que se vai resolver tudo a partir da criminalização de condutas etc.. Na verdade, esse diálogo intersecretarial é

extremamente relevante. É preciso que a Secretaria de Desenvolvimento Social assegure a oportunidade de trabalho para essa mulher, garantindo-lhe a autonomia; que a Secretaria de Educação possa garantir que os filhos e as filhas dessas mulheres possam ter acesso prioritário a creches, por exemplo.

Quanto à Secretaria de Habitação, nós não temos o registro, por exemplo, de que a Portaria 131, de Sehab, que garante o auxílio aluguel para mulheres em situação de violência, esteja sendo aplicada. Na verdade, não está sendo aplicada. Na minha experiência de atuação, na Defensoria, no Núcleo de Defesa da Mulher Vítima de Violência, muito embora a Secretaria reconheça o direito da mulher de ter o auxílio aluguel, ela reconhece também que não tem verba para pagar. Isso é algo muito grave, porque acentua a dependência econômica da mulher em relação ao agressor. Então, o diálogo intersecretarial é muito importante.

Vou deixar esse relatório que fizemos, apontando essas conclusões, com as recomendações da SMADS. É um relatório muito rico, construído a partir da visita a todos esses abrigos.

Por fim, em relação ao atendimento dos homens, que foi levantado pela Joice Berth, quero dizer que não a conhecia pessoalmente, mas li seu livro, *O que é empoderamento*, que é excelente. E até a partir da leitura de seu livro, penso que o enfrentamento à violência – e é uma coisa óbvia – não é um diálogo só entre nós mulheres, mas uma via de mão dupla. Os homens também têm de ser trazidos para esse diálogo, obviamente a partir do lugar social de homem, como você diz em seu livro. A ideia é que esses programas de reeducação de homens passem por ampliação. Agora, na Defensoria, a gente está fazendo um curso de discussão de masculinidades. Ele não é voltado para homens agressores, mas é voltado para replicadores. A ideia é que esses homens consigam compreender e discutir masculinidades e consigam replicar essas discussões entre outros homens. É um curso coordenado pelo Flávio (ininteligível), que coordena o *E agora, José?* Então a gente está fazendo uma parceria com a Secretaria de Justiça. Ele está acontecendo

nesses meses próximos (*sic*).

Acho que é isso.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito bem.

Meu assessor Leandro Ferreira me trouxe aqui, relacionado ao tema, um artigo escrito *A desigualdade social, racial e sexual*, publicado na revista *Economia Política* de outubro-dezembro de 1982, que (ininteligível) da seguinte maneira: Essas informações, dadas de forma mais completa nas tabelas anexas, são importantes para que se tenha uma clara noção de como as sequelas da escravidão e a discriminação contra as mulheres ainda estão fortemente presentes em nossa sociedade. As mulheres, em especial as de ascendência negra ou indígena, estão em extraordinária desvantagem social em relação aos homens e mais intensamente em relação aos brancos. A divulgação correta de dados sobre situações profundamente injustas constitui, em geral, condição básica e mola propulsora de transformação na direção de corrigi-las. Ainda é preciso um grande esforço para corrigir o que mostrou o Censo de 1980.

Eu queria agradecer muito a presença de todas vocês, especialmente...

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Pela ordem, Presidente, antes de o senhor encerrar. É só um convite.

Nós tivemos uma iniciativa com vários atores, com a contribuição tanto da Vereadora Adriana Ramalho quanto das Vereadoras Soninha e Sandra Tadeu, e nós vamos fazer um seminário sobre a participação política das mulheres, violência de gênero na política. Em que pese na cidade de São Paulo, principalmente, e no Brasil não se tenha dialogado tanto sobre isso como em outros países, aqui a gente inicia com o Movimento de Mulheres, Mulheres pela Paz, União de Mulheres, entre outros atores. Vai ser no dia 26 aqui na Câmara, no Prestes Maia, a partir das 14h, e a gente ficaria lá a tarde inteira, com a presença das vereadoras, da ONU, do Ministério Público, que é a própria Dra. Gabriela Mansur.

Então vai ser um debate muito rico para que na cidade de São Paulo, nesta Casa, a

gente dê o pontapé inicial nessa discussão. Afinal de contas, ainda somos muito poucas no parlamento. Em São Paulo, em especial, houve um crescimento de mulheres na última legislatura para 11. Vejo que também houve um crescimento no número de deputadas estaduais e federais. Mas 11 dos 55 vereadores aqui na Capital, de ainda é muito pouco.

Tem dificuldades às vezes, independentemente do partido, para pensar e falar que somos mulheres, somos da política e queremos ser respeitadas, porque também somos seres que pensam, que debatem, que articulam, que discutem e estamos num espaço em que queremos pensar políticas públicas não só para as mulheres, mas para a classe trabalhadora, com certeza.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito bem. É importante esse convite.

Quero reiterar aqui, então... A Vereadora Soninha sugeriu. Eu queria, Sra. Mônica, que, se puder, nossa assessora, principal coordenadora aqui, juntamente com as assessoras de todos nós, vereadores, se puder, organizar esse levantamento que ela mencionou. Acho que com a colaboração da assessoria será possível fazer. Eu pediria à Adriana para formalizar as diversas ideias, inclusive o convite à Sra. Gabriela e à representante do Judiciário.

Eu quero fazer um consulta. Na última reunião decidimos que as reuniões da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos seriam quinzenais. Agora eu consulto se seria o caso de, na próxima semana, apenas para apreciação do requerimento de nova reunião, se seria o caso de nos reunirmos ou só daqui a quinze dias.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Reunião só para apreciação de requerimento.

- Manifestações fora do microfone.

**A SRA.** - Já está agendada para a semana que vem, quinta-feira.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Sim.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Se a gente pudesse se reunir só para deliberar requerimentos, então, é o mesmo horário do Comitê das Enchentes. Então, se for uma reunião só para fazer deliberação de requerimentos, a gente faz às 13h.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Às 13h. Está bem assim?

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Só para entender: quinta-feira, dia 28 de março, que é a próxima semana, já tem agenda da Comissão de Direitos Humanos. É o que está colocado aqui, está programado.

- Manifestações fora do microfone.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Sim, Flor, mas se já tem uma reunião, já vai ter quórum, não precisa marcar uma...

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Qual é o tema?

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Não tem um tema, porque a gente...

- Manifestações fora do microfone.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – A gente já tem a data reservada, a gente não convida, não traz ninguém para essa reunião da próxima quinta-feira, porque ela é só para a gente formalizar mesmo os requerimentos. É isso?

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Sim, é o que eu estou querendo dizer. Já está agendada, já tem quinta-feira, dia 28, que nós todos, vereadores, já sabemos que tem a cada 15 dias. Então a cada 15 dias, na próxima semana...

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Sim, mas a próxima reunião, dia 28, então fica para apreciação de requerimentos, inclusive os que foram objeto de reflexão nesta reunião. Está bem assim?

**A SRA. ADRIANA RAMALHO** – Presidente, só para constar aqui, e até pedir um

auxílio para a secretaria. Eu até confirmei ali com minha assessora: não está na agenda e ela também falou que não tem no *e-mail* a convocação, e a gente não foi, por exemplo, no nosso gabinete, informada da programação das próximas sessões. Você não tem? Só ficou pré-agendado.

- Manifestações fora do microfone.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Não. É que ficou, na última reunião da instalação, ficou determinado que a gente se reuniria a cada 15 dias, no horário das 14h. Então...

**A SRA. ADRIANA RAMALHO** – A cada 15 dias, e aí a secretaria ficou de mandar isso para os nossos gabinetes, para a gente se programar. Aí é só isso que eu quero constar, porque aí, na próxima quinta eu já não consigo comparecer.

- Manifestações fora do microfone.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Gente, eu sei que tem que ter tema. É que nas outras comissões, se a gente define a cada quinze dias determinado horário, independente de ter tema ou não, a gente está aqui para deliberar requerimentos ou... Na próxima semana, na quinta-feira, o que eu tinha imaginado era que a gente ia pensar nas agendas do primeiro semestre. Até por isso que não tem pauta, na minha cabeça.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Tudo bem, mas já fica como um dos itens a apreciação de requerimentos, para dar continuidade a esta reunião. Está bem assim?

Então, nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos.